

A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL COMO MEIO DE SUPRESSÃO DA POLÍTICA

Attila Magno e Silva Barbosa

Introdução

Nos dias atuais, apesar do inegável fortalecimento do associativismo civil, ao mesmo tempo, a faceta neoliberal da globalização estimula o exercício de uma cidadania despolitizada. A democracia representativa está em perfeita adequação aos interesses do capital, pois reduz a participação cívica ao voto e transforma os indivíduos em meros espectadores das decisões políticas. Por sua vez, o associativismo civil, mais especificamente as ONGs, não apresenta posturas efetivamente contra-hegemônicas, mas apenas corretivas dos danos causados pela lógica de dominação global do capitalismo. Ao mercado interessa um tipo de inserção social que ocorra pela via dos acessos ao crédito e ao consumo e não pela via do exercício de uma cidadania crítica no contexto de uma esfera pública realmente ampliada. Desse modo, o Estado não é operacionalizado para promover igualdade e justiça social, mas sim gerenciar necessidades não contempladas ou carências não suprimidas de indivíduos, convertidos em uma massa estatisticamente seccionável e quantificável.

Isto posto, falar em responsabilidade social empresarial (RSE) pode parecer descabido, mas não o é, pois esta é apresentada pelo discurso de diversos atores sociais como um dos caminhos possíveis para a construção de novas formas de promoção de cidadania e de inserção social, não mais centradas na figura do Estado, mas sim nas chamadas parcerias intersetoriais. Um tipo de cidadania que elide a figura do Estado como esfera pública em que a vida em comum pode ser pensada e o converte em simples esfera de exercício biopolítico na qual uma massa global de indivíduos é gerida por um conjunto de técnicas que os reduz a simples estatística.

Tendo em vista os objetivos almejados neste artigo, o conceito de política no qual iremos nos pautar se baseia na definição de Jacques Rancière (1996a; 1996b), isto é, a política entendida como reclamação da parte dos que não têm parte, e como tal, dissenso. Nesse sentido, a política se manifesta a partir da

imposição mínima de uma agenda de questões por parte de indivíduos ou grupos sociais que se sentem sofrendores de um dano e que ainda não estão constituídos como iguais na partilha do sensível. A imposição dessa agenda não implica necessariamente em ganhos reais, mas ao menos possibilita o surgimento de um campo específico de lutas, onde grupos antagônicos se vêem obrigados a movimentarem-se. Para Rancière, o que tradicionalmente é definido como política, ele define como “polícia”, o que em seus termos corresponde ao conjunto de operações dos atores sociais dentro do campo político já instituído.

O que estamos propondo como objeto de reflexão é a identificação das ações sociais de RSE como um meio de supressão da política enquanto esfera de manifestação do dissenso, fato que historicamente tem caracterizado a sociedade brasileira, e que nos dias atuais adquiriu uma nova formatação com o esvaziamento do Estado enquanto meio de promoção de direitos sociais e de provimento de bens públicos. Em nosso entendimento, o projeto de “solidariedade empresarial” ganha corpo à medida que as externalidades negativas do processo de flexibilização produtiva¹ produzem efeitos extremamente deletérios para o convívio social dos grupos que constituem a sociedade brasileira; vide o crescente clima de insegurança social. Ante este quadro, advogamos em favor da tese de que as ações de RSE estão inscritas no conjunto técnicas biopolíticas operacionalizadas para o atendimento de necessidades e carências locais, e não para a viabilização do acesso a uma condição de cidadania plena, como alardeia o discurso que sustenta essa lógica.

Encolhimento do Estado, ampliação da “sociedade civil” e responsabilidade social empresarial

No começo da década de 1990 iniciou-se um intenso debate tanto no âmbito do mercado quanto da sociedade civil sobre a importância das ações sociais de RSE na constituição do que seria uma nova forma de pensar programas de inserção social e de defesa de direitos à cidadania. Quando se começou a falar sobre esse assunto souu bastante inusitado que empresas capitalistas estivessem se propondo a atuar em projetos sem fins lucrativos. Porém, com o passar dos anos, ações desse tipo tornaram-se corriqueiras². Hoje, esse debate parece ter chegado a um ponto crucial, nem tanto por se ter uma visão unívoca do assunto, mas,

¹ Tais externalidades correspondem à intensificação do processo de terceirização, à precarização do trabalho e ao aumento da informalidade e do desemprego estrutural.

² Segundo dados da Pesquisa Ação Social das Empresas divulgada em 2006 pelo IPEA, cerca de 96% das grandes empresas no Brasil, isto é, aquelas com mais de 500 empregados, desenvolvem ações sociais.

sobretudo, porque a posição que vem se tornando hegemônica é aquela que considera a RSE para além do mero cumprimento das obrigações legais

Devido a esforços como os do Gife (Grupo de Institutos Fundações e Empresas)³ na promoção de práticas de investimento social privado para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público, do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social⁴ na disseminação da idéia de RSE junto ao meio empresarial, do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) por meio da campanha pela divulgação voluntária do balanço social⁵ empresarial, lançada em 1997 e de publicações ligadas à área de negócios, como por exemplo o Guia da Boa Cidadania Corporativa da Revista Exame, publicado desde 2001, o “ativismo social” empresarial vem se difundindo no Brasil.

O crescimento do Gife e do Instituto Ethos são exemplos dessa tendência. O primeiro, no início de suas atividades em 1995 contava com 26 organizações associadas. Os números atualizados, até fevereiro de 2007, mostram 101 grandes investidores no seu quadro de associados. Segundo o último Censo Gife⁶ referente aos anos de 2005/2006, os seus associados investiram cerca de R\$ 1 bilhão em projetos sociais, culturais e ambientais feitos de forma planejada, monitorada e sistematizada. Isso equivale a 20% do que o setor privado nacional destina à área social - cerca de R\$ 4,7 bilhões, segundo dados do IPEA. A área priorizada pela rede para o investimento social privado é a educação somando cerca de R\$ 124 milhões em 2005, na qual 2.894 entidades foram beneficiadas, totalizando 3.987.313 pessoas beneficiadas. No ano de 2005, as associadas do Gife fizeram investimentos em projetos sociais, ambientais e culturais correspondentes a um montante de R\$ 439.927.920,00, beneficiando um total de 5.938 entidades e 5.279.912 pessoas.

Por sua vez, o Instituto Ethos, em dezembro de 2000, quando tinha apenas dois anos de existência, contava com 340 empresas associadas, que juntas possuíam

³ Associação criada em 1995 com a finalidade de reunir empresas, institutos e fundações de origem privada ou instituídos que praticam investimento social privado por meio de repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática (www.gife.org.br).

⁴ Organização não-governamental criada em 1998 por empresários do setor privado com o escopo principal de promover a mobilização, a sensibilização e a disponibilização de ajuda para o setor empresarial no sentido de gerir os negócios de forma socialmente responsável (www.ethos.org.br).

⁵ Demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também considerado um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa (www.ibase.br).

⁶ O Censo GIFE 2005/2006 está disponível na íntegra no site www.gife.org.br.

um faturamento correspondente a 22% do PIB nacional. Atualmente, são 1.149 empresas associadas dos mais diferentes setores e portes. No ano de 2006 suas associadas tiveram um faturamento correspondente a 35% do PIB brasileiro e empregaram um total de 2 milhões de pessoas. Em um primeiro momento essa tendência esteve mais vinculada às grandes empresas devido às capacidades de investimento e gerencial para trabalhá-la estrategicamente visando algum tipo de retorno institucional. Todavia, nos últimos anos ela também tem se disseminado para empresas de menor porte, que antes relutavam em assimilá-la devido alegações de falta de dinheiro ou de conhecimento para agir. A esse respeito, o fundador e ex-presidente do Instituto Ethos, o empresário Oded Grajew, em entrevista à Revista Educação de dezembro de 2000 defendia que estas empresas:

Primeiro, devem primar pela exemplaridade (...) As empresas podem mobilizar recursos - e isso não quer dizer só dinheiro. Recursos são equipamentos, materiais, serviços, conhecimentos, funcionários. Mesmo as pequenas empresas podem colocar esses recursos a serviço da comunidade. Posturas éticas servem para empresas de qualquer tipo e tamanho (...) O maior problema das empresas pequenas é que elas não sabem como agir. Vamos encarar as pequenas e médias empresas como um desafio para 2001...

Após intenso trabalho de divulgação de suas linhas de atuação⁷ junto ao meio empresarial, o Instituto Ethos conseguiu contornar essa situação e hoje é bem representativo o número de micro, pequenas e médias empresas entre seus associados.

Quadro 1: Porte das Empresas Associadas ao Instituto Ethos (anos 2000 e 2006):

Porte	Total (2000)	%	Total (2006)	%
Micro Empresa	-	-	215	18,71%
Pequena Empresa	67	19,70%	316	27,50%
Média Empresa	122	35,88%	222	19,32%
Grande Empresa	151	44,41%	396	34,46%

Fonte: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

⁷ De modo geral e resumido: 1) ampliação do movimento de RSE; 2) aprofundamento de práticas de RSE (Indicadores Ethos de RSE - incluindo versões para micro e pequenas empresas e alguns setores da economia -, promoção da publicação de balanços sociais e de

Os números dos dois casos evidenciam a ampliação do papel de agente social do mercado nos últimos anos. Tal tendência é atribuída, pelo meio empresarial, à crise do Estado Providência e a conseqüente perda de capacidade do Estado de investir sozinho na área social; por pressões da sociedade civil, as empresas se veriam impelidas a contribuir para a produção de respostas aos problemas sociais e ambientais que afetam as realidades onde estão inseridas. O argumento é o de que em não agindo dessa forma elas correm o risco de ter seus produtos e serviços boicotados pelos consumidores.

Desse modo, a RSE é pensada como uma estratégia de negócios num mercado cada vez mais competitivo. O engajamento da chamada “sociedade civil organizada” em torno de um discurso que demanda uma maior responsabilização das empresas ante alguns temas sociais⁸ estaria levando a uma readequação da postura tradicional de enxergar os negócios. Para os entusiastas da RSE, a idéia não é o mercado substituir as funções do Estado, mas sim de estabelecer parcerias intersetoriais entre os dois e o chamado terceiro setor⁹ na busca de soluções para os problemas sociais. Pois, “a responsabilidade social remete, em síntese, à constituição de uma cidadania organizacional no âmbito interno da empresa e à implementação de direitos sociais no âmbito externo” (Srouf, 1998, p. 294-5).

Segundo Fischer (2002), os fatores cruciais para o fortalecimento da aliança entre Estado, mercado e terceiro setor são o grau de empoderamento¹⁰ atribuído para cada um dos setores e a conscientização de que todos são igualmente importantes para o estreitamento de uma relação pautada na confiança. Assim,

sustentabilidade, produção de manuais práticos); 3) influência sobre mercados e seus atores mais importantes no sentido de criar um ambiente favorável à prática da RSE (desenvolvimento de critérios de investimentos socialmente responsáveis com fundos de pensão no Brasil, desenvolvimento de programa de políticas públicas e RSE, participação em diversos conselhos governamentais para discussão da agenda pública brasileira); 4) Articulação do movimento de RSE com políticas públicas: 4.a) desenvolvimento de políticas para promover a RSE e desenvolver marcos legais; 4.b) promoção da participação das empresas na pauta de políticas públicas do Instituto Ethos; 5) Produção de informação (pesquisa anual Empresas e Responsabilidade Social – Percepção e Tendências do Consumidor e coleta e divulgação de dados e casos das empresas).

⁸ Como, por exemplo, a transparência das informações na gestão empresarial, vide o advento da governança corporativa, a maior preocupação com o meio-ambiente e também com as comunidades locais que são afetadas pelas atividades das empresas.

¹⁰ Na perspectiva da autora, o empoderamento é um processo por meio do qual pessoas ou grupos ganham poder para expressar e defender seus direitos, ampliar sua autoconfiança, identidade própria e auto-estima, mas, sobretudo, é um processo que lhes permite exercer controle sobre suas relações pessoais e sociais.

ao Estado caberia incentivar e regular as ações socialmente responsáveis; ao mercado, disponibilizar o seu *know how* em ferramentas de gestão na execução e avaliação dos projetos visando otimizar os resultados; e às organizações do terceiro setor indicar os problemas sociais nos quais se deve investir, assim como incentivar a prática de ações de voluntariado. Isto porque nessas áreas considera-se que elas estejam qualificadas, mais especificamente as ONGs que de modo intencional passam a ser identificadas pelos atores do mercado como sinônimo de sociedade civil, isto é, como as organizações capacitadas para uma interlocução técnica legítima; uma interlocução que se faça esvaziada de conteúdos “políticos”. Nessa linha, a parceria intersetorial é entendida como fundamental para a consolidação da democracia, sendo que a cooperação de organizações de diferentes tipos permitiria alcançar de forma mais adequada o desenvolvimento social. Vejamos o que diz o Instituto Ethos sobre isso:

A construção desse modelo requer uma nova dinâmica na relação entre Estado, mercado e sociedade civil, em que empresas e ONGs assumem papéis cada vez mais relevantes, sem que o Estado abdique do seu papel de protagonista na promoção do desenvolvimento. O setor empresarial brasileiro tem condições privilegiadas de contribuir para esse processo: possui capacidade de mobilização, poder econômico e político, responsabilidade diante dos problemas sociais e ambientais e potencial para desenvolver ações passíveis de replicação por outros atores sociais (ethos.org.br).

Os arautos do fortalecimento do associativismo civil advogam que o encolhimento do Estado como meio de promoção de cidadania no cenário político contemporâneo é compensado pela ampliação do papel desempenhado pelo “novo associativismo civil”. Por sua vez, os entusiastas das ações de RSE pegam carona neste discurso para tentar legitimar a postura de “ativismo social” das empresas, argumentando que devido à pressão exercida pela “sociedade civil” estas estão sendo obrigadas a assumir posturas socialmente mais responsáveis em relação ao conjunto de seus *stakeholders*¹¹.

Argumentam que a nova forma de “associativismo civil” surgida a partir dos anos de 1980 vem se fortalecendo como esfera de manifestação legítima de grupos que lutam pelo reconhecimento de condições sócio-culturais

¹¹Termo que no campo empresarial designa qualquer indivíduo ou grupo que pode afetar por meio de suas opiniões e ações as atividades das empresas, ou que possam ser afetados pelas ações destas. Esse termo surgiu como contraponto à noção de shareholders, que corresponde aos acionistas. O discurso da RSE apregoa que as preocupações das empresas não devem restringir-se apenas aos interesses dos acionistas, mas também dos funcionários, fornecedores, consumidores, comunidade, governo etc.

idiossincráticas e pela autonomia em relação às dimensões institucionais do Estado e do mercado. Enfatizam ainda que esses grupos não podem mais construir suas identidades apenas pela via do trabalho, pois este teria perdido sua centralidade no atual estágio de acumulação capitalista devido ao fortalecimento de uma esfera de interação comunicativa que permite aos mais diversos grupos sociais dialogarem e articularem não mais a partir de uma lógica de interesses particulares e específicos em disputa, mas sim tendo em vista a busca por consensos normativos respaldados socialmente e que representem o “interesse geral” (Habermas, 1988; 2001; Costa, 1997; 1999).

O “novo associativismo civil” teria como principais características: a) a horizontalidade das relações institucionais entre os atores sociais que estabelecem a interação comunicativa, sejam eles provenientes do Estado, do mercado ou da sociedade civil; b) a espontaneidade na formação das associações e nos vínculos entre seus membros; c) a legitimidade que emana da própria participação dos atores sociais independente do vínculo profissional reconhecido por lei; d) a ação comunicativa que decorre da instauração de uma esfera pública na qual os atores sociais possam buscar o entendimento mútuo e; e) a intermediação societária que se faz de modo mais direto e próximo da sociedade, pois as organizações corporativas e o Estado possuem um nível de burocratização que tende a conduzir as ações dos atores políticos mais para a defesa de interesses econômicos particulares e para o funcionamento da própria política institucional do que para a defesa dos interesses de toda sociedade (Avritzer, 1994; 1997).

Não estamos dizendo aqui que o fortalecimento do “associativismo civil” não instaure situações positivas na constituição de uma esfera pública mais diversificada e atuante, gerando maior inclusão social e defesa de questões ligadas ao meio ambiente, à diversidade cultural, étnica e de gênero etc. Não temos dúvidas quanto à melhora qualitativa neste aspecto, mas é preciso considerar que o escopo da maioria das organizações que compõem a chamada sociedade civil organizada - aqui entenda-se especialmente as ONGs - está pautado em reivindicações pragmáticas que as fazem adotar preceitos gerenciais para viabilizar a captação de recursos tanto junto ao Estado, quanto ao mercado. Desta feita, entendemos que esta situação conduz ao esvaziamento de posturas efetivamente dissensuais; dizemos isto porque é facilmente verificável o fato das ONGs estarem cada vez mais submetidas aos termos da racionalidade instrumental do mercado. Essa situação se evidencia à medida que consideramos, assim como o faz Dagnino, que “a qualificação técnica de que as ONGs são portadoras parece constituir o fator central para explicar a importância que elas adquiriram no período mais recente” (2002, p. 285).

Nesse sentido, tanto o Gife quanto o Instituto Ethos consideram o papel das ONGs fundamental nesse novo modelo de desenvolvimento. Todavia, empresas privadas ainda relutam em estabelecer parcerias, justamente porque algumas ONGs demonstram inabilidade para gerenciar melhor recursos, organizar informações, cortar custos e avaliar os resultados dos projetos. Por conta disto, cada vez mais as ONGs são obrigadas a se profissionalizarem; o conhecimento técnico a respeito do problema social que se quer resolver, por mais que decorra de uma intermediação societária mais direta, na lógica da RSE, não é mais considerado suficiente, mesmo quando fique caracterizado o caráter de “interesse geral” da demanda. Deste modo, os saberes técnicos-gerenciais, eivados que estão pela racionalidade instrumental do mercado, tendem a colonizar a ação comunicativa que emerge dessa nova esfera pública. Não por outra razão, a transferência de saberes gerenciais do mercado para as ONGs é tida como decisiva para o sucesso desse modelo.

Isso fica evidente, quando consideramos o fato de que o Gife assim como o Instituto Ethos disponibilizam cursos sobre ferramentas de gestão voltados para o desenvolvimento de projetos sociais, como por exemplo: a) cenário social e legislação para o terceiro Setor; b) elaboração de projetos; c) avaliação e análise de recursos; d) comunicação e marketing para organizações da sociedade civil; e) sustentabilidade e captação de recursos; f) desenvolvimento e gestão de programas de voluntariado e; g) gestão de parcerias e alianças. No caso específico do Instituto Ethos, as seis ferramentas consideradas básicas são: Primeiros Passos, Matriz de Evidências, Guia de Balanço Social ou Relatório de Sustentabilidade, Localizador de Ferramentas, Banco de Práticas e Indicadores Ethos¹². No meio

¹²Essa ferramenta em específico merece um maior esclarecimento, pois foi desenvolvida para o planejamento e monitoramento da gestão socialmente responsável. A estruturação desses indicadores ocorre por intermédio de um questionário organizado em sete temas, quais sejam: valores e transparência; público interno; meio-ambiente; fornecedores; consumidores e clientes; comunidade e governo e sociedade. Esse questionário basicamente consiste em verificar, por meio de três tipos de indicadores, intitulados indicadores de profundidade, binários e quantitativos, o estágio de RSE no qual a empresa avaliada se encontra: 1) estágio básico, no qual as ações da empresa são reativas as obrigações legais; 2) estágio intermediário, no qual as ações mantêm uma postura defensiva sobre os temas, mas já começa a encaminhar mudanças e avanços em relação à conformidade de suas práticas; 3) estágio avançado, no qual já são reconhecidos os benefícios de ir além da conformidade legal, preparando-se para novas pressões reguladoras do mercado, da sociedade etc.; 4) estágio proativo, no qual a empresa atingiu padrões considerados de excelência em suas práticas, envolvendo fornecedores, consumidores, clientes, a comunidade e influenciando políticas públicas de interesse da sociedade (Indicadores Ethos de Responsabilidade Social 2006).

empresarial, esses saberes e ferramentas cada vez mais são entendidos como necessários para o gerenciamento adequado das relações com ONGs e comunidades beneficiadas pelos recursos disponibilizados por empresas, institutos ou fundações de origem privada.

No que concerne ao crescimento das ONGs que testemunhamos nas últimas décadas e à conseguinte identificação destas como sinônimo de “sociedade civil”, não podemos perder de vista o legado marxista-gramsciano que considera a sociedade civil como um lugar onde manifestam-se contradições das mais diversas, dentre as quais as lutas de classes e os conflitos entre os mais variados grupos e camadas sociais. Tendo isso em mente, Isabel Monal defende que:

...a vitalidade destes movimentos associativos – designados ou auto-intitulados por muitos como ‘sociedade civil’ -, bem como as posições progressistas que geralmente adotam, geraram numa certa esquerda uma idealização da sociedade civil; ao mesmo tempo, manifesta-se uma tendência a restringir tal conceito apenas às ONGs e a vê-las como pólo positivo do binômio Estado/sociedade civil. Uma certa mitologia está em processo de construção (...) Esta idealização tende a ignorar que a sociedade civil (mesmo se for indevidamente restringida às ONGs) não é homogênea, nem de um ponto de vista classista nem ideológico... (2003, p. 192).

Apesar dessa importante ressalva, ratificamos que não estamos afirmando que nas sociedades capitalistas inexista a possibilidade de mudanças no campo político que conduzam a uma melhora nas condições objetivas de vida. Porém, para que isso ocorra, é preciso considerar, como o faz Bourdieu (1998), o fato do Estado ser uma realidade ambígua que não pode ser vista como um simples instrumento a serviço dos grupos dominantes, porém, apesar de não ser neutro, ele pode desenvolver certa autonomia e força a partir de uma condição de antiguidade enquanto lugar de incorporação e registro de conquistas sociais em suas estruturas. Ou seja, se no contexto da globalização neoliberal o Estado é percebido como fragilizado para a tarefa de promover o acesso aos bens públicos, isso se deve mais a uma construção discursiva que lhe imputa essa condição do que propriamente por impossibilidades que lhes sejam inerentes. Para Bourdieu esse discurso não possui a neutralidade que seus defensores alegam, até porque sua origem é socialmente bem definida e sustenta-se em alguns postulados distorcidos da teoria econômica:

...o primeiro postulado é que a economia é um domínio à parte, separado do mundo social, governado por leis naturais, universais, que os governos não devem contrariar. O segundo postulado diz que o mercado é a instância capaz de organizar de forma ótima as relações sociais, as trocas, a produção, etc., e também de garantir

uma distribuição equitativa. Faz-se uma equação entre mercado e democracia. O terceiro postulado afirma que a globalização exige a redução das despesas do Estado, a diminuição das despesas sociais – ou seja, o retorno ao *laissez faire* – e a supressão de tudo o que possa turvar a lógica pura do mercado. Os direitos sociais em matéria de emprego, previdência social, são vistos como onerosos e disfuncionais. Há também o discurso segundo o qual o *welfare state* [estado do bem estar social] estimula a preguiça, velho discurso americano ligado à tradição calvinista do *self-help* [‘se virar’ por conta própria]. Muitas coisas que nos são vendidas como provenientes da economia pura e universal não passam da universalização de uma visão histórica muito precisa: a visão de mundo americana. O famoso livro de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, começa por um texto de Benjamin Franklin que enuncia um certo número de preceitos econômicos que são, ao mesmo tempo preceitos morais. De fato, há uma moral americana da poupança, da ascese econômica, que está no centro da noção de *self-help*. Nesse momento, no mundo inteiro só se fala em responsabilidade. Evidentemente o axioma principal é que o pobre é responsável por sua pobreza. Em meu jargão, digo que isso é uma *sociodivécia*, ou seja, uma narrativa que tem por função justificar a sociedade tal como ela é (2002, p. 26).

A incorporação dessa narrativa faz os indivíduos acreditarem que a transformação de suas condições materiais, assim como da realidade social que os cerca, são tarefas que competem exclusivamente a si mesmos, porém de modo isolado, ou no máximo agregado a outros indivíduos que comunguem de valores e interesses semelhantes. Alicerçada em uma ideologia da competência, ela cria um cenário propício para a disseminação de duas idéias aparentemente sem ligação, mas que de fato são as faces de uma mesma moeda: 1) o indivíduo como responsável pela sua empregabilidade, e 2) a solidariedade social via ações de voluntariado e filantropia como um substitutivo das ações de grupos politicamente organizados¹³ na busca pela instauração de direitos à cidadania. Essa última idéia é a que dá suporte ao discurso de que as empresas, assim como os indivíduos, devem se responsabilizar pelos seus atos ante a sociedade.

Como demonstra Ivo (2001), nos termos da política neoliberal é preciso “mobilizar o potencial dos pobres”, isto é, aproveitar as relações sociais existentes nas comunidades e canalizá-las para a resolução tanto do problema material da pobreza, quanto da participação e integração social. A participação e a capacidade de organização dos pobres na apresentação de suas demandas e na produção de soluções para suas necessidades básicas são tidas como uma condição efetiva que pode ser considerada tanto do ponto de vista positivo quanto negativo. Do ponto de vista positivo leva-se em conta o aproveitamento do potencial

¹³Entenda-se aqui partidos políticos, sindicatos, entidades corporativas e grupos de interesses que manifestam sua atuação política na esfera institucional do Estado.

combativo e de resistência dos pobres, visando transformá-lo em um “ativo” que lhes faça superar sua condição de vulnerabilidade social e, por conseguinte, lhes permita a integração ao mercado e a superação da condição de pobreza. Nessa perspectiva, são considerados apenas “aqueles pobres viáveis, os “bons” pobres, os capazes de transformarem-se em cidadãos-consumidores integrados à sociedade de mercado” (2001, p. 71). Do ponto de vista negativo, a perspectiva neoliberal

...localiza a pobreza como residual ao progresso da sociedade industrial e como situação incompatível com o crescimento e a ordem democrática. Na linha dessa percepção avançam políticas repressivas ou de gestão da miséria e da assistência, muitas vezes articuladas às ações caritativas de entidades e organizações filantrópicas e hoje às ONGs (Ivo, 2001, p. 71).

Diante desse quadro, não é mero acaso o discurso da RSE posicionar-se a favor do desenvolvimento de projetos sociais que encarnem a lógica do “é melhor ensinar a pescar do que dar o peixe”. Nessa linha, ajuda efetiva é entendida como aquela que visa gerar uma condição de autonomia das comunidades pela via da capacitação dos beneficiados para a gestão dos problemas sócio-econômicos por eles enfrentados. A responsabilização do pobre pela permanência ou não na condição de pobreza é inerente à lógica da RSE; a maior evidência disto é a ênfase na necessidade de se transferir conhecimentos gerenciais para as ONGs e comunidades beneficiadas.

Um produto biopolítico do capitalismo flexível

A instauração da lógica de RSE deve ser interpretada criticamente. Para tal, é preciso considerar que, desde a recessão econômica mundial do início da década de 1970 e da crise do petróleo em 1973 que a exarcebou, uma forma de acumulação capitalista mais flexível foi sendo imposta de modo concomitante ao enfraquecimento do Estado-Providência que caracterizou o período de vigência do modelo fordista de produção, modelo este que nos anos seguintes mostrou-se rígido demais para superar a crise pela qual passava o capitalismo. Como decorrência deste quadro, as décadas de 1970 e 1980 caracterizaram-se como períodos conturbados de reestruturação econômica e de reajustamento social e político, fazendo tomar forma um regime de acumulação flexível que se contrapõe à rigidez do período fordista. Segundo Harvey, tal regime “apóia-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (2004, p. 140).

Desde então, no universo empresarial tem ocorrido uma intensificação do trabalho devido a exigência de uma multifuncionalidade dos trabalhadores ante o processo produtivo, assim como processos freqüentes de reestruturação produtiva que diminuem o corpo funcional com vínculo empregatício¹⁴. Além do que, testemunhamos nas últimas duas décadas o enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos, o que tem levado a um processo de supressão de direitos trabalhistas e previdenciários, que na maioria dos casos não são privilégios, como quer fazer acreditar o discurso neoliberal, mas conquistas da classe trabalhadora no decorrer do século XX. Por sua vez, na atual configuração do capitalismo, o fortalecimento dos mercados financeiros em detrimento do Estado-Nação no que concerne à indicação dos caminhos possíveis tanto para o desenvolvimento econômico quanto para o social tem deslocado os processos decisórios cada vez mais para as esferas locais, isto é, estaduais e municipais. Ou seja, desloca-se a tomada de decisões para esferas de maior proximidade sócio-política das empresas; esferas nas quais elas possam mais diretamente exercer seu poder de influência.

A necessidade desse modelo de acumulação flexível é justificada no meio empresarial pelo argumento de que a maior complexidade do mercado exige formas de ação mais eficientes em um contexto de aumento de competitividade global. Desse modo, valores como desburocratização, inovação, diversificação, valorização de recursos humanos como meio de aumentar a competitividade e desmanche do Estado-providência são tidos como imprescindíveis para a sobrevivência empresarial na economia atual.

Do ponto de vista empresarial a mudança de um modelo de produção mais rígido para um mais flexível parece trazer mais benefícios do que malefícios. Todavia, do ponto de vista social, devido ao modelo de especialização flexível que se materializa na fábrica enxuta e se alimenta de constantes inovações tecnológicas, o desemprego estrutural se apresenta como uma externalidade negativa. No entanto, Castel (2003) nos chama atenção para o fato de ser o desemprego apenas a manifestação mais visível de uma profunda transformação do emprego, pois a precarização do trabalho é uma outra característica desta situação, em suas palavras: “menos espetacular, porém mais importante”. A precarização se manifesta na perda gradativa de hegemonia do contrato de trabalho por tempo indeterminado que

¹⁴É preciso considerar que o vínculo empregatício não caracterizava apenas a celebração de um tipo de relação jurídica que permitia o acesso a toda uma rede de proteção social aos trabalhadores, mas também a possibilidade destes de planejar o futuro com uma maior margem de segurança devido à hegemonia do contrato de trabalho por tempo indeterminado.

caracterizou o período taylorista-fordista, no qual fora instituído uma sociedade salarial onde os trabalhadores podiam vislumbrar certa estabilidade em sua vida devido à rede de proteções sociais existentes.

Segundo Castel (2003), a flexibilização produtiva instaura uma nova questão social onde a precarização do trabalho é o principal fator gerador da crescente pauperização de boa parte da classe trabalhadora. Sob o ângulo do trabalho três pontos de cristalização dessa questão podem ser percebidos: 1) desestabilização dos estáveis em decorrência da redução dos contratos por tempo indeterminado; 2) a instalação da precariedade, por conta da condição de “interino permanente” e; 3) o déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, entendidos aqui por posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público. Esta nova ordem leva categorias cada vez mais numerosas de pessoas à perda do trabalho como meio de construção identitária. No caso específico do terceiro ponto tem-se como decorrência o surgimento de um conjunto de indivíduos que Castel denomina de “supranumerários”. Tal condição corresponde a dos não integrados e não integráveis. Em sentido durkheimiano isso conduz a uma perda gradativa de um tipo de integração que decorre da sensação de pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos interdependentes.

Para Alan Bihl (1999), a transformação da relação salarial no período de produção flexível configura novas imagens proletárias nas quais três grandes conjuntos estão sendo delineados: a) os proletários estáveis com garantias, uma reminiscência do período taylorista-fordista; b) os proletários excluídos do trabalho, aqueles condenados ao desemprego e à dependência da seguridade social; e c) uma massa flutuante de trabalhadores instáveis, na qual estão incluídos os trabalhadores em tempo parcial, os temporários, os informais e os terceirizados. Nas palavras de Telles, a corrosão dos direitos gerada por essa situação,

Além da evidente fragilização das condições de trabalho e de vida da maioria, a destituição dos direitos – ou, no caso brasileiro, a recusa de direitos que nem mesmo chegaram a se efetivar – significa também a erosão das mediações políticas entre o mundo social e as esferas públicas, de tal modo que estas se descaracterizam como esferas de explicitação de conflitos e dissenso, de representação e negociação; é por via dessa destituição e dessa erosão, dos direitos e das esferas de representação, que se ergue esse consenso que parece hoje quase inabalável de que o mercado é o único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política, que diante de seus imperativos não há nada a fazer, a não ser a administração técnica de suas exigências, que a sociedade deve a ele se ajustar e que os indivíduos, agora desvencilhados das proteções tutelares dos direitos, podem finalmente provar suas energias e capacidades empreendedoras (1998, p. 25-26).

A descrição feita por Telles (1998; 1999; 2000) corresponde ao encolhimento da cena política, isto ficaria evidente porque a dimensão transgressora da palavra que deveria reivindicar e pronunciar os direitos se faz restringida. As conseqüências disto são a inviabilização da construção de alternativas na dinâmica conflituosa da vida social e o estreitamento do horizonte do possível e do pensável; o que leva a um processo de demissão do pensamento como possibilidade fundadora de pensar um mundo comum.

Tal situação pode ser evidenciada na implementação das ações sociais de RSE, isto porque a regra é a de que o corpo técnico constituído pela parceira intersetorial deve conduzir o processo de identificação das carências a partir de um diálogo com os membros das comunidades e, posteriormente, deve disponibilizar o conhecimento para que os membros destas comunidades possam suprir suas necessidades e, futuramente, dar continuidade por si mesmos ao que vier a ser implementado. Até aí tudo bem, não fosse o fato de que as empresas aparecem com todo um aparato técnico que se impõe como a forma mais adequada de proceder ante os problemas detectados, posto que as empresas entram em cena legitimadas por quantificações do real e por preceitos fundamentados em uma racionalidade instrumental. Neste cenário, os saberes dos “beneficiados” são incorporados às estratégias traçadas pelo saber técnico imposto que se encarrega de neutralizar qualquer possível divergência que comprometa o processo.

Um bom exemplo de tudo isso que estamos falando até agora é o caso da siderúrgica Acesita¹⁵, localizada no Vale do Aço em Minas Gerais, na cidade de Timóteo, onde os pouco mais de 75.000 habitantes vivem em uma economia local que gira em torno da empresa desde o ano de sua fundação, em 1944¹⁶. Em outubro de 1992, período de sua privatização, a Acesita tinha 9.000 empregados; após os programas de reestruturação realizados nos anos que se seguiram, seu quadro funcional foi reduzido em quase dois terços, contando no ano de 2005 com 3.148 empregados e 2.090 terceirizados¹⁷.

Devido à criticidade do processo de enxugamento funcional e o impacto sócio-econômico que este ocasionaria, a alta administração da Acesita, cônica

¹⁵Relato completo do caso consta no Guia da Boa Cidadania Corporativa 2003 da Revista Exame.

¹⁶Para se ter uma idéia da presença dominante da empresa na região, logo após o início de suas operações em abril de 1949, o município passou a ser chamado de Acesita por muitos, sendo que, até hoje, há confusão entre esta denominação e o nome oficial, que é Timóteo (Fischer, 2002).

¹⁷Dados obtidos a partir do Balanço Social da empresa publicado no ano de 2005.

do papel central que a empresa desempenhava para a região, criou em 1994 a *Fundação Acesita para o Desenvolvimento Social*. A criação desta fundação, na percepção da nova administração, decorreu da necessidade de modificar o caráter ‘paternalista’ que caracterizara a atuação social da empresa, quando ela era estatal. Desse modo, o suposto ‘paternalismo’ teve que ser colocado de lado em prol do negócio e da própria sociedade. Nas palavras do presidente da Acesita, Luiz Anibal de Lima Fernandes, “revimos nosso relacionamento”, por isso, “decidimos criar uma fundação e desenvolver um plano para cidade”. O cerne da estratégia é o fortalecimento das ONGs da região para que elas se tornem sustentáveis e venham a ajudar o poder público na resolução de problemas comunitários que possam conduzir ao aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios da região, pois apesar de Timóteo possuir um IDH de 0,831 – o maior do Vale do Aço, o quinto melhor de Minas Gerais e o 127º do país -, 16 dos 26 municípios da região ainda têm IDH abaixo de 0.700. Nesse sentido, a fundação criou, em 1999, o programa Vale Cidadania, no qual o principal trunfo era a capacitação dos dirigentes das ONGs por meio de cursos de administração financeira, comunicação, marketing e planejamento estratégico, entre outros – todos pagos pela fundação Acesita. Segundo a gerente do programa Vale Cidadania, “com isso, as entidades aprendem a formatar seus projetos e vendê-los aos financiadores”, e ela continua, “a auto-sustentação vem daí”. Em outras palavras, é preciso que as ONGs tenham que estar capacitadas para obter outras fontes de financiamento, que não apenas a Fundação Acesita.

Nessa linha, a fundação Acesita desenvolve mais de 50 projetos sociais na região, sendo que um em especial nos chama atenção, quando consideramos as conseqüências da nova questão social a qual Castel (2003) se refere, e o processo de responsabilização dos pobres pela sua permanência ou não na condição de pobreza a qual se referem Bourdieu (2002) e Ivo (2001). Esse projeto intitula-se “Instituto de Artesões” e está vinculado ao plano de desenvolvimento da cidade de Timóteo pela via do Instituto do Inox; este último é uma tentativa de incentivar o empreendedorismo e reduzir as conseqüências do fim da garantia de emprego vitalício que caracterizava o tempo em que a empresa era estatal. Trata-se de um projeto de geração de trabalho e renda que visa a capacitação de pessoas aposentadas para trabalharem como autônomos na produção e comercialização de peças artesanais elaboradas com aço inox.

Segundo Fischer (2002), em um estudo de caso realizado sobre a Fundação Acesita, este é o único projeto no qual a empresa possui um interesse específico, pois pressupõe o incremento do consumo do aço inox por ela produzido. Deste modo, a fundação encarregou-se da criação do espaço e da disponibilização dos equipamentos para a capacitação técnica dos interessados, permitindo inclusive

aos que ainda não possuísem capital para iniciarem o seu próprio negócio, a possibilidade de permanecerem trabalhando no local. A fundação também contratou os serviços de entidades como o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) para ministrarem cursos e seminários sobre desenvolvimento empresarial.

Desde 1993, com o auxílio da fundação Acesita, o programa Instituto do Inox deu origem a mais de 80 microempresas e foram criados cerca de 1.000 novos postos de trabalho. Todavia, é preciso lembrar que o estatuto social destes postos de trabalho não traz consigo o conjunto de benefícios que caracterizam os postos de trabalho existentes em uma empresa do porte da Acesita. Ao atuar diretamente no desenvolvimento de políticas públicas na região do Vale do Aço, a empresa passa a imagem de comprometimento com o desenvolvimento regional, porém é preciso que se considere que essa postura tem por trás a necessidade de garantir um ambiente menos hostil possível à sustentabilidade dos seus negócios. As parcerias estabelecidas com os poderes públicos locais e com ONGs vinculadas às comunidades objetivam conferir a legitimidade necessária ao seu poder de influência na esfera local.

Nesses termos, é possível dizer que o objetivo de ações como estas não é a constituição de uma cidadania consciente da possibilidade de uma fala dissensual (Rancière, 1996a; 1996b), mas sim uma cidadania resumida à superação de carências e à idéia de que o esforço individual e o espírito empreendedor são as maneiras pelas quais ela se manifesta e consolida.

Ou seja, as ações sociais de RSE direcionam-se fundamentalmente para os “supranumerários”. O que no caso brasileiro corresponde tanto aos que já estavam excluídos pela ocorrência do que Wanderley Guilherme dos Santos (1987) identificou como uma cidadania regulada, em que o acesso aos direitos se dava pela via do vínculo trabalhista reconhecido legalmente pelo Estado, quanto aos que, até pouco tempo, estavam incluídos nessa condição e que hoje estão sendo excluídos. No primeiro caso, não havia uma figura própria na qual o cidadão podia manifestar-se como indivíduo, pois o sindicato era a figura que viabilizava o acesso aos direitos por meio do vínculo legal à corporação. No segundo caso, a flexibilização das relações de trabalho não apenas fragiliza o sindicato como figura de representação, mas também conduz à fragmentação da identidade social contruída a partir do trabalho. Nos dois casos, “desempregados, desocupados, subempregados, trabalhadores sem emprego fixo e ocupação são na prática transformados em pré-cidadãos, “sujeitos ao tratamento hobbesiano clássico”, ou seja, a repressão pura e simples, tanto privada como estatal” (Telles, 1999, p. 90). Nesse quadro, essas vidas são convertidas em objetos de gerenciamento, pois a tomada de assalto dos espaços públicos pela

racionalidade instrumental do mercado introduz critérios micros na racionalidade estatal, convertendo-a de modo subliminar em uma racionalidade privada (Oliveira, 1999).

Se considerarmos a tese de Foucault (2005), de que a biopolítica consiste num conjunto de técnicas disciplinares para gestão dos corpos individuais e coletivos e que, como tal, ela é o avesso da política, então é possível dizer que as ações sociais de RSE não são um meio de afirmação dos direitos constitutivos de uma condição ampliada de cidadania, mas sim de gestão da miséria e da pobreza. Em outras palavras, essas ações são um meio de assistência às necessidades e carências de comunidades locais historicamente negligenciadas pelo Estado brasileiro. No entanto, tal assistência não consiste meramente em suprir de modo direto as carências e necessidades das comunidades beneficiadas, mas sim em disponibilizar todo um *know how* de conhecimentos técnicos e gerenciais no sentido de que, após a retirada da empresa, as comunidades possam conduzir elas mesmas aquilo que tenha sido implementado, até porque nesse processo está nitidamente incorporada a idéia de que os projetos sociais implementados devem se tornar auto-sustentáveis, o que significa dizer que os beneficiados devem se responsabilizar pela gestão. Deste modo, apesar dos benefícios sociais e econômicos gerados pelas ações sociais de RSE aos grupos assistidos, o que temos é uma resposta biopolítica do atual estágio de acumulação capitalista às externalidades negativas da flexibilização produtiva. Estamos diante de um tipo de biopolítica que responsabiliza o indivíduo pela gestão de sua vida, e aí incluem-se todas as suas carências e necessidades, além é claro de sua condição de empregabilidade.

A otimização da parte dos que não têm parte

Seguindo uma linha de pensamento que considera o “ativismo social” das empresas vinculado à lógica hegemônica do capitalismo global, Paoli (2002) entende a RSE como um tipo questionável de promoção de cidadania. Ela inicialmente faz referência ao quadro político e econômico brasileiro dos anos de 1990 em que os governos foram impelidos, devido às políticas neoliberais, a livrarem-se do investimento em obrigações públicas de proteção e garantia dos direitos sociais. A partir desse quadro, ela faz referência ao surgimento relativamente recente de um tipo de “sociedade civil” que inicialmente emergiu, mais fortemente, pela via dos movimentos sociais autônomos e politizados em que o mote era o ativismo político pela cidadania e justiça social, e que nos dias atuais teria tido sua força deslocada para um ativismo civil voltado para a solidariedade social. Enquanto o caminho dos movimentos sociais implica a demanda direta por bens públicos, o caminho

das ONGs opta por representar as demandas sociais de forma pragmática a partir de formulações técnicas com governos e prescindindo de uma base ampliada de participação popular. Nessa segunda linha inserem-se os programas de RSE. A tese defendida por Paoli é:

...não obstante os programas sociais produzidos pelo ativismo social empresarial apresentarem dimensões bastante positivas, os critérios próprios à noção de globalização hegemônica propostos neste projeto – a expulsão de populações de um contrato social estável, a aleatoriedade seletiva no tempo e o espaço no qual as ações acontecem, a tentativa de construir uma resposta a exclusões através unicamente da lógica pasteurizada do capital transnacional -, como também os critérios sobre o que vem a ser a dimensão pública e política do agir político, parecem indicar que este caso é mais um contra-exemplo de uma ação democrática participativa do que uma ação contra-hegemônica, podendo complementar-se, sem contradições insuperáveis, aos arranjos neoliberais (2002, p. 379).

Independente dos arranjos neoliberais impostos com a conversão do Estado em esfera gestora de carências e necessidades sociais e não em esfera pública de manifestação do dissenso, na qual é instaurada a partilha do sensível que define a parcela que cabe a cada parte da sociedade (Rancière, 1996a; 1996b), no Brasil, como advoga Oliveira (1999), a anulação da política como esfera de manifestação do dissenso via um complexo de violência e de proibição da fala é inerente à formação do espaço político.

Para a maioria dos brasileiros, a democracia representativa tornou-se a máscara que esconde uma condição de destituição de direitos. Pode se dizer que um dos fatores que ainda conduzem a esta situação é a aversão extremada ao caráter dissensual da política que parte considerável dos grupos dominantes historicamente evidencia. Essa condição do fazer política foi interpretada por autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado, entre outros, a partir de categorias como patrimonialismo, revolução pelo alto e incompatibilidade radical entre domínio burguês e democracia. A promiscuidade entre o público e o privado, largamente difundida na cena política brasileira, é um elemento exacerbador da lógica excludente imposta pela perspectiva neoliberal.

Esses fatores, segundo Chauí (1999), contribuíram de modo significativo para os patamares extremos de desigualdades econômicas e sociais existentes no Brasil contemporâneo. Como resultado, temos um cenário de encolhimento do espaço público e de alargamento do espaço privado que, aliados ao desemprego estrutural e a exclusão sócio-política, polarizaram a sociedade brasileira entre a carência e o privilégio. Nesse sentido, Chauí nos chama atenção para o fato de que:

...uma carência é sempre particular e específica, não conseguindo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito, e um privilégio, por definição, é sempre específico e particular, não podendo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito sem deixar de ser privilégio. Na medida em que prevalecem carências e privilégios e os direitos não conseguem instituí-los, inexistem condições para a cidadania e a democracia... (2002, p. 43).

A configuração de um campo fértil para a disseminação de ações sociais de “associativismo civil” e de RSE é indicada como a saída “possível” para a crise do Estado brasileiro. As ações individualizadas de solidariedade social de cunho pragmático se sobrepõem às ações coletivas de engajamento político que visam a constituição de sujeitos sociais ativos. Deste modo, tenta-se configurar uma forma sofisticada de eliminação do dissenso. Tal situação não conduz a uma ampliação efetiva da esfera pública, isto porque, como demonstra Rancière (1996a; 1996b) o dissenso não é a guerra de todos contra todos, mas sim as situações de conflito ordenadas, de discussão e argumentação, não entre parceiros já constituídos, mas entre sujeitos sociais que demonstrem a existência de um objeto sobre o qual é preciso argumentar visando a reordenação da partilha do sensível.

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha (Rancière, 2005, p. 15).

Na década de 1990 a privatização se impôs no Brasil como resposta à falência do Estado decorrente do aumento da dívida pública interna. A argumentação utilizada foi a de que o mercado empresta dinheiro ao Estado, e por isso, este último deve ser administrado como extensão do primeiro. Porém, como demonstrou Oliveira (1999), o processo real se dá de modo inverso, já que a riqueza pública, em forma de fundos, sustenta a reprodutibilidade do capital privado. O discurso neoliberal dissemina a idéia de que o agravamento do desemprego e a intensificação dos problemas sociais são conseqüências da incapacidade do Estado em lidar com essas questões. A omissão do fato de que o desemprego estrutural e a instalação da precariedade como condição de vida são inerentes ao modelo de acumulação flexível que caracteriza o atual estágio de acumulação capitalista é um fator crucial no processo de disseminação da idéia de que uma aliança intersetorial deve ser formada para combater as mazelas sociais. A RSE é um dos remédios receitados pela racionalidade do mercado no sentido de melhorar os resultados

no desenvolvimento de políticas públicas. Nesse sentido, o Instituto Ethos posiciona-se da seguinte maneira:

...considera o momento propício para promover o avanço do movimento de responsabilidade social rumo à construção desse novo modelo de desenvolvimento. Atento às oportunidades que a conjuntura atual oferece, vem realizando, com a participação ativa de seus associados e das empresas em geral, a articulação, de modo **suprapartidário**, das práticas de responsabilidade social das empresas com políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais voltadas para inclusão social, erradicação da pobreza e da fome, combate à corrupção e desenvolvimento ambiental (www.ethos.org.br).

O grifo é nosso, pois entendemos que esse discurso tenta impor de modo subliminar que não há sensível a ser partilhado; o argumento de que inexistem outros caminhos institui um real que reflete a racionalidade do mercado. A RSE é uma das evidências do processo de desconstrução social a que se referem Oliveira (1999) e Santos (1999). O projeto de igualdade política e justiça social sucumbe ante um discurso de não existência de alternativas viáveis fora da lógica do mercado. Dessa feita, as ações sociais de RSE não passam de otimização da parte dos que não têm parte. Como nos chama atenção Paoli:

Em um duplo movimento para fora de si mesma, a “empresa-cidadã” realiza eficientemente sua beneficência localizada e produz, para o espaço público da opinião e para o espaço privado de seus pares, a perspectiva de uma presença ampliada, legítima, do próprio poder social do capital (2002, p. 407).

No Guia da Boa Cidadania Corporativa de 2003 da Revista Exame um bom exemplo dessa situação pode ser visto no relato da experiência do projeto Banco de Valor do ABN Amro Real. Em 2001, o banco passou a promover reuniões para o conjunto dos seus quinze maiores empregadores de terceirizados no sentido de criar o acesso a um fórum de discussão permanente sobre responsabilidade social. O objetivo, segundo um diretor do banco, era formar uma “corrente do bem” que viesse a trazer benefícios também para quem não estivesse vinculado diretamente à instituição. A idéia surgiu após se observar que alguns terceirizados faziam refeições de forma improvisada no estacionamento da sede do banco, em meio à fumaça que era expelida dos automóveis.

Contudo, é o relato da proprietária de uma empresa de motofrete que terceirizava serviços para o banco que melhor caracteriza a representatividade do exemplo. Isto porque, antes de participar das reuniões, ela não tinha familiaridade com palavras como “transparência” e “público interno”. Tanto ela

quanto os 215 motociclistas de sua empresa viam o discurso da RSE com desconfiança. Após a participação nesse fórum, as discussões sobre o assunto tornaram-se rotinas na empresa, inclusive foi criado um código de ética que coíbe agressividade no trânsito e estimula o voluntariado. Todos os motociclistas passaram por cursos de direção defensiva e de noções de poluição ambiental. O resultado prático foi a queda da média de quinze para zero acidentes anuais que envolviam resgate. Na época desse relato a empresária também fez referência ao fato de ter fechado um contrato de fornecimento de combustível com um posto de gasolina no qual havia uma cláusula de interrupção caso este viesse a empregar mão-de-obra infantil. Segundo ela, “os projetos exigem tempo e dedicação, mas não arrancam um tostão do caixa”.

No ano de 2003 esse programa já atingia 60 fornecedores e tinha exigido em sua fase inicial R\$ 100.000 em investimentos do banco. Entretanto, nas palavras do diretor responsável pelo projeto, “para saúde de nossas relações corporativas, o ganho foi incalculável”, além do que, continua ele, “foi emocionante deflagrar um processo que saiu de nossas mãos e passou a caminhar sozinho”. A incorporação do discurso da RSE pela empresária e a sensação de satisfação do diretor do banco caracterizam bem a perspectiva de presença ampliada e legítima do poder social do capital à qual Paoli se refere.

O discurso da solidariedade social empresarial, apesar de apregoar o contrário do que foi dito aqui, não pode negar o fato de serem as ações sociais de RSE norteadas pela racionalidade do mercado e que por isso de racionalidade comunicativa só possuem a aparência. A imposição dessa lógica discursiva cria a impressão de que a salvação da sociedade só pode se dar pela via dos modelos de gestão concebidos, testados e aprovados pelo mercado. Tais modelos funcionam baseados nos princípios da redução de custos e de otimização de resultados, o que os torna complicados de serem operacionalizados - se não nos termos da própria lógica que os impõem – para instruir os parâmetros de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados de ações sociais que visem à promoção do acesso a uma cidadania plena.

Essa situação nos remete a um antigo provérbio latino: *Quis custodiet ipsos custodes?*¹⁸ A resposta mais provável seria uma esfera pública realmente ampliada,

¹⁸Quem guarda os guardiões? Questionamento que já estava presente nas reflexões de Platão (428-347 A.C) em sua obra A República, onde o personagem Sócrates descreve a sociedade perfeita como aquela na qual aos trabalhadores, escravos e comerciantes se deveria confiar o mundo do trabalho, e à nobreza caberia a tarefa de ser a classe guardiã da polis. A resposta é a nobre mentira de que guardam a si mesmos pressupondo serem dotados de uma condição de superioridade para zelar pelos interesses da polis. Esse questionamento também foi feito pelo poeta romano Jovenal (século II D.C) no seu livro VI das “Sátiras”.

na qual todos os grupos sociais que se sintam sofredores de um dano possam, por via da fala dissensual, se manifestar e reivindicar a parte que lhes deveria caber no todo social. Isto porque, como nos mostra Rancière: “é em nome do dano que lhe é causado pelas outras partes que o povo se identifica com o todo da comunidade” (1996b, p. 24). Do contrário, o que resta é a política como “polícia”, isto é, um mero conjunto de operações realizadas pelo Estado, pelo mercado e atualmente até mesmo por uma parte considerável da chamada “sociedade civil organizada” no sentido de otimizar a parte dos que não têm parte, o que no caso brasileiro soa muito mais sombrio se considerarmos as sociedades européias onde o *welfare state* deixou algum legado.

Considerações finais

A realidade social como atualmente se configura no Brasil não parece corresponder a uma era de indeterminações onde a vida ficou absolutamente imprevisível e indeterminada - por isso, impossível de se fazer política, como advoga Oliveira (2003b). O que parece ocorrer é que nos dias atuais estamos vivendo sob a égide de uma forma de sociabilidade que cada vez mais se afasta das idéias de igualdade e justiça social como configuradoras de um mundo enquanto projeto comum. Nessa forma de sociabilidade, o precário e o instável tendem a se naturalizar como princípios ordenadores do mundo do trabalho porque os discursos de inspiração neoliberal lhes atribuem novas significações e gradativamente esvaziam o caráter nocivo que possuem no imaginário social daqueles que nunca vivenciaram e dos que não mais têm a possibilidade de vivenciar os direitos sociais que a classe trabalhadora conquistou no decorrer do século XX. Todavia, esses discursos não fazem a perniciosidade dessa condição se desvanecer da dos destituídos, apenas a escamoteia insidiosamente em um discurso de responsabilização individual, fazendo-os crer que os lugares por eles ocupados na estrutura social, ou são uma decorrência do simples mérito de cada um, ou da simples falta dele, ou pior, são uma mera questão de sorte ou azar. Assim, o recrudescimento da violência dos que não têm parte no todo social e a reação também violenta e recrudescida dos que têm parte são resultados bem previsíveis e determinados; só que a violência dos que têm parte contém um sério agravante: o suporte do aparato coercitivo do Estado. Dado esse cenário, a política não se torna impossível, ela apenas passa a ser pensada e assumida explicitamente como um simples exercício biopolítico.

Diante dos fatos que se apresentam, o real se converte no possível que está contido nas falas constitutivas do discurso do capitalismo globalizado. Os atores sociais que não são os produtores deste discurso, não são pensados como

sujeitos capazes de produzir adequadamente suas estratégias de vida ante às exigências impostas pela atual configuração do capitalismo, mas sim, como meros receptáculos de um discurso que lhes desapropria a fala sobre outros possíveis. Isto é, se por um lado os projetos de RSE podem trazer benefícios econômicos e sociais para aqueles aos quais são dirigidos, por outro, parece condená-los à condição de meros condutores das diretrizes pensadas por aqueles que se apresentam como dotados de “legitimidade” para indicar o caminho do possível.

No nosso entendimento, o espraiamento da lógica da RSE se intensifica a partir do encolhimento da esfera pública como *locus* de manifestação do dissenso. As ações de RSE são uma manifestação clara de exercício biopolítico, uma vez que se apresentam na maioria dos casos, mesmo que isso seja negado pelo discurso das parcerias intersetoriais, como um substitutivo do Estado na formulação de soluções organizativas para problemas comunitários a partir da identificação de carências locais. Em outras palavras, ela não se expressa enquanto política, no sentido de que reconhece cidadãos dotados de direitos, mas sim como gestão, visto que aquilo que ela reconhece são clientela carentes de assistência.

Em uma democracia realmente participativa, a sociedade civil não se fortalece quando se sujeita à racionalidade instrumental do mercado, tão pouco quando se torna um simples sinônimo do que Hannah Arendt (1981) chamou de esfera social, onde o que importa é a mera reprodução da vida em sociedade. Desse modo, a sociedade civil não pode funcionar como um ator fiscalizador da atuação do Estado, tão pouco do mercado, e, não sendo assim, o primeiro tende a ser um mero legitimador dos interesses do segundo.

A grande tarefa que nos é apresentada nos dias de hoje consiste em descobrir como tornar possível a desconstrução de uma lógica de cidadania que se apresenta como um sinônimo de inserção social pela via dos acessos ao crédito e ao consumo, e que por essa razão, consegue ser tão sedutora aos olhos de muitos, mesmo que absolutamente excludente para a maioria desses muitos.

Referências

- ARENDDT, Hannah. (2005). *A condição humana*. 10ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- AVRITZER, Leonardo. “Modelos de sociedade civil: uma análise específica do caso brasileiro”. In: Idem (org). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- _____. (1997). “Um desenho institucional para o novo associativismo”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 39, pp. 149-174.
- BIHR, Alain. (1999). *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo.
- BOURDIEU, Pierre. (1998). Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. (2002). *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- CASTEL, Robert. (2003). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes.
- CHAUÍ, Marilena. (1999). Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.) *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: Nedic, 1999. p. 27-51.
- COSTA, Sérgio. (1999). “La esfera pública y las mediaciones entre cultura y política: el caso de Brasil”. *Metapolítica* (México), v. 3, n. 9.
- _____. (1997). Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. *RBCS*, São Paulo, vol. 12, n. 35, pp. 121-134.
- DAGNINO, Evelina (2002). Sociedade Civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: Evelina Dagnino (org), *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra. p. 279-301.
- FISCHER, Rosa Maria. (2002). *O desafio da colaboração; práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*. São Paulo, Editora Gente.
- FOUCAULT, Michel. (2000). Clase de 17 de marzo de 1976. In: *Defender la sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, p. 217-237.
- HABERMAS, Jürgen. (1988). *Teoria de La Acción Comunicativa*. Racionalidad de La Acción y Racionalización Social. Madrid, Taurus. Tomo I.
- _____. (2001). *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa: Edições 70.
- HARVEY, David. (2004). *Condição pós-moderna*. 13. ed. São Paulo: Loyola.
- IVO, Anete Ribeiro Leal. (2001). *Metamorfozes da questão democrática: governabilidade e pobreza*. Buenos Aires, CLACSO.
- LANDIN, Leilah. (1999). “Notas em torno do Terceiro Setor e outras expressões estratégicas”, in *O Social em Questão* (Rio de Janeiro: OUC) Ano III, n. 4, jul-dez., pp. 61-98.
- MONAL, Isabel (2003). “Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos”. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.), *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.189-200.
- OLIVEIRA, Francisco. (1999). “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia (orgs.), *Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*. São Paulo: Vozes – NEDIC – FAPESP, pp. 55-82.
- _____. (2003a). *O ornitorrinco*. In: *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, pp. 121-150.

- _____. (2003b). “A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil”. In: Eduardo M. Basualdo y Enrique Arceo (orgs), *Neoliberalismo e sectores dominantes: tendências globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 265-291.
- PAOLI, Maria Célia. (2002) “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In Boaventura de Souza Santos (org.), *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 373-418.
- RANCIÈRE, Jacques. (1996a). O dissenso. In: Adauto Novaes (org). *A crise da razão*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 367-382.
- _____. (1996b). *O desentendimento*. São Paulo, Editora 34.
- _____. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo, Editora 34.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. (1987). *Cidadania e justiça social: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus.
- SANTOS, Boaventura de Souza. (1999). “Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo.”. In: Francisco Oliveira e Maria Célia Paoli (orgs.), *Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*. São Paulo: Vozes – NEDIC – FAPESP, pp. 83-129.
- SROUR, Robert Henry. *Poder, Cultura e Ética nas organizações*. São Paulo, Campus.
- TELLES, Vera da Silva (1998). No fio da navalha: entre carências e direitos. In: Silvio Caccia Bava (Organizador), *Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais Programa de Renda Mínima no Brasil: Impactos e Potencialidades*, mimeo. p. 09-36.
- _____. (1999). *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte, UFMG.
- _____. (2000). A modernização vista de baixo, mimeo. pp. 01-26.

RESUMO

A responsabilidade social empresarial como meio de supressão da política

Este ensaio tem como objetivo principal demonstrar que a responsabilidade social empresarial pode ser vista como um meio de supressão da política enquanto esfera de manifestação do dissenso. Para nós, o projeto de “solidariedade empresarial” é um produto das externalidades negativas do processo de flexibilização produtiva. Nesse sentido, defendemos a tese de que este projeto está inscrito no conjunto de técnicas biopolíticas que visam o atendimento de necessidades e carências sociais e não a constituição de uma cidadania plena.

Palavras-chave: responsabilidade social empresarial; dissenso; biopolítica

ABSTRACT

Corporate social responsibility as a means of suppressing the political

This essay has as main intent to demonstrate that business social responsibility can be seen as a means of suppressing politics as sphere of manifestation of disagreement. In our understanding, the “business solidarity” project is one product by negatives externalities of the productive flexibilization process. Therein, I defend the thesis that this project is inscribed on the set of biopolitics practices that aim to attempt social needs and lacks and not to establish a condition of absolute citizenship.

Keywords: business social responsibility; disagreement; biopolitics

Recebido para apreciação: fevereiro de 2007

Aprovado para publicação: abril de 2007

3

Attila Magno e Silva Barbosa é mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará – UFPA, doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e Bolsista CNPq. (barbosaattila@uol.com.br)